

encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como do tempo de serviço prestado em Instituições, no âmbito do Ministério da Saúde.

b) Certificado comprovativo da posse do curso de Higienista Oral ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;

c) Três exemplares do “Curriculum Vitae”, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o Anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 05/09.

d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, IP são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos n.ºs 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2 e 62.º, n.º 1 do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP Av. Fernão de Magalhães, n.º 481, 2.ª Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Mário Guilherme Soares Magalhães Valdez, Técnico Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de Aveiro do ACES do Baixo Vouga II.

Vogais Efectivos: Cláudia Sofia Martins Alegre Jorge, Técnica Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha do ACES do Baixo Vouga II, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

José Manuel Santos Relvas, Técnico de 1.ª Classe de Higiene Oral do Centro de Saúde de Cantanhede do ACES do Baixo Mondego III.

Vogais Suplentes: Graça Maria Gonçalves David Coelho e de Azevedo Moura, Técnica Especialista de 1.ª Classe de Higiene Oral do Centro de Saúde de Castelo Branco do ACES da Beira Interior Sul.

Olga Maria de Jesus Alves, Técnica Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de São Martinho do Bispo do ACES do Baixo Mondego I.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, João Pedro Pimentel.»

202805284

Declaração de rectificação n.º 118/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 555/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5 de 8 de Janeiro de 2010, a pp. 932 e 933, procede-se à sua republicação.

15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, João Pedro Pimentel.

«Procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho na categoria de técnico de 2.ª classe de ortóptica da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009, do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de dois postos de trabalho na categoria de técnico de 2.ª classe de ortóptica da carreira (não revista)

de técnico de diagnóstico e terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, I. P., com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na alínea k) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego I — um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões I — um posto de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais — estar habilitado com o curso superior de técnico ortoptista, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, I. P., proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da portaria 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final — de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P. (Secção de Expediente e Arquivo), sitas na Alameda de Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 horas e as 14 horas e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato se encontre vinculado;

- c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;
- d) Habilitações literárias e profissionais;
- e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas em que se encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como o tempo de serviço prestado em instituições, no âmbito do Ministério da Saúde.
- b) Certificado comprovativo da posse do curso de técnico ortoptista, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;
- c) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, onde constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro;
- d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, I. P., são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos n.ºs 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2, e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Avenida de Fernão de Magalhães, 2.º, Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Alda Sofia Gaspar Baltar, técnica principal de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Vogais efectivos:

Ana Cristina Silva Costa Neves Correia Roxo, técnica principal de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E., que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Elisabete Abrantes Soares de Almeida, técnica de 1.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Vogais suplentes:

Mário Alberto Vilela Soares, técnico de 1.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Dora Gabriela Moreira Teixeira, técnica de 2.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

13 — Mantêm-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

202805324

Declaração de rectificação n.º 119/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 558/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a p. 935, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

«Aviso n.º 558/2010

Procedimento concursal para ocupação de nove postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de radiologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de nove postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de radiologia da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, IP, com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: o concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: o conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito na alínea n) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga II: um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I: três postos de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões I: um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões II: quatro postos de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: estar habilitado com o curso superior de técnico de radiologia, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção: avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final: de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selec-